

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SEU PROCESSO CONSTITUTIVO NUMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE VITÓRIA-ES

Paulo da Silva Rodrigues – PPGE/UFES

diretor.paulo@gmail.com

Rogério Drago – UFES/CE

r.drago@terra.com.br

Resumo: Trata-se de um estudo teórico prático que tem como objetivo central apresentar algumas concepções sobre o projeto político pedagógico e seu processo constitutivo no cotidiano de uma comunidade escolar de Vitória-ES, como proposta que emerge das relações profissionais estabelecidas e ancoradas numa perspectiva de gestão democrática da educação. O estudo foi desenvolvido através de questionários, grupos de estudos e debates sobre os dados colhidos. Conclui-se que a partir do momento que se conhece a realidade em que se atua abre-se a oportunidade da concretização democrática da educação.

Palavras-chave: projeto político pedagógico; escola participativa; gestão democrática

Introdução

Este estudo objetiva apresentar algumas concepções teóricas e práticas sobre o projeto político pedagógico e seu processo constitutivo no cotidiano de uma comunidade escolar, como proposta que emerge das relações profissionais estabelecidas e ancoradas numa perspectiva de gestão democrática da educação.

Para tanto, na primeira parte desse estudo apresentamos algumas concepções teóricas acerca da construção coletiva do projeto político pedagógico, bem como suas principais concepções e passos essenciais para que sua construção seja concretizada de forma democrática – o sonho exposto no título.

Na segunda parte apresentamos, em forma de relato – a realidade, o processo desencadeado no decurso da construção do projeto político pedagógico, suas nuances, discussões, debates, grupos de estudo, em suma, tudo o que envolveu a implementação na prática dos passos estudados de forma teórica.

Projeto político pedagógico: abrindo o foco para direcionar o processo

De acordo com Veiga (2003), o projeto político pedagógico de uma escola não pode ser entendido somente como um mero documento contendo regras, normas e modos de ver o aluno, a escola e os conteúdos disciplinares; ou mesmo sendo somente mais um documento que será engavetado e/ou encaminhado aos órgãos centrais como mais uma formalidade cumprida, mais uma norma burocrática.

Ao contrário, o projeto político pedagógico “exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de

caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo” (VEIGA, 2003, p. 09). Além disso, construir um projeto político pedagógico requer dos envolvidos em sua elaboração/construção um envolvimento reflexivo e investigativo consistente e sistematizado de forma dialética e praxiológica.

Tratar dos aspectos subjacentes à construção do projeto político pedagógico requer que se faça uma breve análise do que realmente se constitui nestes termos. Assim, entendemos que um projeto político pedagógico é projeto por estar em construção constante. Se observarmos etimologicamente, a palavra projeto pode ser entendida como um empreendimento, plano geral de edificação, ou seja, o projeto por si só já pressupõe algo em constante construção, algo que possibilita mudanças, mas que requer todo um processo de planejamento, estudo e avaliação constante e indissociável da realidade que se pretende modificar, gerir ou estruturar.

O termo político, por sua vez, pode ser entendido como sendo o conjunto dos fenômenos e das práticas relativas ao estado ou a uma sociedade. Ora, entendemos que a escola é uma microssociedade inserida numa macrosociedade, e, dessa inserção, acaba por refletir seus valores e aspectos. Assim, o projeto é político por possibilitar que a escola e a comunidade escolar de modo geral tenham mais chances de acertar na condução do processo educacional de forma democrática, uma vez que, entendemos, só se constitui um projeto político pedagógico na medida em que o termo político desmistifique-se e desmitifique-se, deixando de ser algo distante da realidade educacional e passe a fazer parte do cotidiano de forma crítica e, dessa criticidade, possa contribuir para a formação de cidadãos aptos a viverem seu papel de sujeitos da ação pedagógica, seja como aluno, professor, diretor, ou outro membro da comunidade escolar.

E pedagógico, pois, se relacionado ao ato educativo, traz em sua gênese os valores próprios da educação numa perspectiva dialética fundamentada na práxis cotidiana destacando os objetivos da educação, as propostas de planejamento, avaliação, as visões de homem, escola, sociedade e educação que se pretende. Além disso, o pedagógico direciona, de forma crítica e democrática, em estreita associação ao político e ao projeto, os conteúdos de ensino, as propostas metodológicas, as estratégias de ensino, a formação dos professores, as propostas inclusivistas, possibilidades de acompanhamento à ação pedagógica, dentre vários outros aspectos que estão intrinsecamente ligados a cada comunidade e que não podem ser generalizadas.

Entendendo, então, que o projeto político pedagógico não tem este nome à toa, é importante que se tenha claro que tanto sua concepção quanto sua execução precisam seguir

passos que são essenciais para que as dimensões de projeto, de política e de pedagógico sejam postas em prática e incorporadas, não como verdades absolutas, mas como verdades que se ressignificam a cada dia, bimestre, semestre, ano letivo.

Seguindo os pressupostos teórico-metodológicos de Veiga (2003, p. 11), podemos destacar que quanto à concepção, um bom projeto político pedagógico precisa apresentar características como:

- a) ser um processo participativo de decisões;
- b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- c) explicitar os princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
- d) conter opções explícitas na direção da superação de problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma nova realidade específica;
- e) explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

A mesma autora, referindo-se à execução do projeto salienta que este terá qualidade quando:

- a) nasce da própria realidade, tendo suporte a explicitação das causas, dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- b) é exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- c) implica a ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
- d) é construído continuamente, pois, como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível.

A partir da necessidade de se reconfigurar e buscar uma identidade própria da EMEF Irmã Jacinta é que decidimos por em prática esses pressupostos teóricos. A idéia inicial era concretizar o sonho, por em prática as características e as concepções, vivenciar o processo lido e estudado, além de, somente sendo concebido, executado, avaliado, ressignificado em outras realidades educacionais. Tínhamos o sonho, sabíamos os caminhos possíveis. Partimos para a realização.

Mãos à obra, mas também cérebro, coração, pés, braços... O difícil, porém gratificante processo de construção

A Escola Municipal de Ensino Fundamenta Irmã Jacinta Soares de Souza Lima – doravante denominada EMEF IJSSL – localiza-se quase que praticamente, no maciço central da Ilha de Vitória, aos pés de um morro que até pouco tempo era chamado de Morro do Romão e que hoje se chama Bairro Romão.

No que se refere à sua estrutura física, a escola possui quatro pisos assim distribuídos:

- 1º piso: possui pequeno pátio descoberto; uma quadra poli-esportiva coberta e um acesso que dá ao anexo da escola; além de um espaço usado, anteriormente, como posto de saúde e que hoje se encontra desativado.
- 2º piso: saguão que dá acesso ao refeitório; cozinha (não muito ampla e razoavelmente arejada); laboratório de informática composto por 30 computadores, 01 impressora, quites de multimídia, além de outros recursos tecnológicos; biblioteca equipada com livros técnicos para professores, livros didáticos e paradidáticos para alunos e professores, além de literatura infanto-juvenil em geral, computadores e acesso à Internet; cantina; sala dos professores com armários, banheiro, geladeira. A sala dos professores é pequena e pouco arejada, além de possuir iluminação natural escassa; almoxarifado e sala de materiais de educação física; sala da direção e secretaria.
- 3º piso: o acesso ao terceiro piso é feito por escadas estreitas, íngremes e que não atendem à diversidade dos alunos; sala dos coordenadores e pedagogos integrada; seis salas de aula relativamente pequenas, sem iluminação e ventilação natural boa, porém com ambos os recursos artificiais em pleno funcionamento; banheiros – masculino e feminino para alunos.
- 4º piso: seis salas de aula com as características das do 3º piso; sala de coordenadores e pedagogos; depósito de material didático.

Entretanto, apesar de uma infra-estrutura muito aquém da desejada pelos padrões educacionais de qualidade, a EMEF IJSSL possui uma excelente aceitação da comunidade, uma vez que raras são as vagas existentes para novas matrículas a cada início de ano e mesmo no decorrer do período letivo, o que vem mostrar que, apesar de existirem outras EMEF's próximas à região onde a escola Irmã Jacinta se localiza, a população dos bairros ao seu redor tem dado preferência à matrícula e permanência nesta unidade. Segundo a direção, as poucas vagas que surgem são de alunos que mudam de bairro/residência. As vagas provenientes de evasão e/ou abandono são praticamente inexistentes, tanto que para 2008, apenas 11 vagas serão abertas.

No que se refere aos materiais permanentes para o trabalho pedagógico cotidiano, a escola contava, em 2008, com: 08 aparelhos de som com toca CD para as salas de aula; com exceção da TV da sala de vídeo, a escola tem ainda 06 aparelhos, sendo 03 de 29' e 03 de 20';

04 aparelhos de DVD; 03 de Videocassete; 02 copiadoras e 01 impressora, 08 computadores com acesso à Internet, 01 aparelho de retroprojektor; 01 aparelho de projeção de slides (Data Show), 01 aparelho de som profissional com 01 caixa amplificadora; 02 máquinas fotográficas digitais; 01 filmadora; telefone fixo com ramais e 01 aparelho de fax.

Em relação aos materiais didático-pedagógicos de uso diário, a escola conta com papéis coloridos de todo tipo, cola, tesouras, pincéis, tintas, canetas hidrocor, lápis de colorir e de escrever, borrachas, cadernos, apontadores, dentre outros, todos em abundância e disponíveis para uso consciente de todos os professores e alunos.

Quanto à organização do espaço físico, a EMEF IJSSL, em 2008 contava com um planejamento de fluxo escolar que atende um total de 646 alunos, distribuídos em 24 turmas, sendo 12 no turno Matutino e 12 no turno Vespertino. Desse quantitativo de turmas, 14 são de 1ª a 4ª séries e 10 de 5ª à 8ª séries. Sendo que no matutino funcionam somente turmas de 1ª à 4ª, e no vespertino de 4ª à 8ª.

Seguindo neste caminho, a organização curricular para 2008 e anos seguintes segue o pressuposto de uma educação que prima pela qualidade dos serviços prestados, conforme estabelece o Art. 2º da Lei Federal nº. 9.394 de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Além disso, essa organização segue pressupostos curriculares tanto expressos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) quanto nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de Vitória (VITÓRIA, 2004).

No que tange ao espaço físico, a EMEF IJSSL localiza-se numa área de encosta ladeada por vegetação rasteira e por árvores de pequeno porte, num local relativamente tranqüilo, sem interferência de barulhos exteriores como os produzidos por carros, ônibus e caminhões.

No levantamento diagnóstico da clientela atendida pela EMEF IJSSL realizado pela escola para fins de caracterização de Projeto Político Pedagógico, constataram-se alguns dados muito interessantes e que precisam ser observados e levados em consideração para que a proposta de um PPP realmente democrático, e que tenha como norte um trabalho educacional inclusivo de qualidade, se efetive.

Nesse sentido, foi desenvolvido um questionário com todos os alunos da escola para conhecer essa realidade que perpassou toda a fundamentação teórico-filosófica e os demais capítulos do projeto político pedagógico. Após os dados computados, os mesmos foram analisados e mostraram mais claramente o resultado do que foi perguntado.

Em relação à faixa etária dos alunos entrevistados e, por conseguinte, matriculados na escola, estes variavam dos sete aos dezoito anos quando da época em que os dados foram coletados. Esses dados revelam algo um tanto quanto preocupante que é que o fato de se ter

alunos com idade superior a quatorze anos que ainda não terminaram o ensino fundamental na idade proposta pela legislação educacional brasileira.

Em relação ao gênero dos respondentes, o percentual apresentado é muito equiparado entre o masculino e o feminino – 49% e 51% respectivamente. Essa equiparação vem salientar que a escola IJSSL possui uma boa representação referente ao quesito gênero, o que pode levar a um trabalho bem diversificado e coletivo, uma vez que não há predominância de um sobre o outro gênero.

Quando questionados sobre o quesito religião que praticavam. Os dados revelam algo que as próprias estatísticas do IBGE já confirmaram, ou seja, o número de católicos – 51%, em relação aos evangélicos – 37% e de outras religiões – 12% não é tão distante, ou seja, a prática pedagógica cotidiana precisa levar em conta este dado para que a diversidade religiosa seja respeitada e valorizada.

Um outro aspecto interessante é o que se refere ao fato de os alunos estarem ou não repetindo de série. Conforme pôde ser observado esse dado (repetindo série) é muito pequeno – 8%, enquanto que o percentual dos que não estão – 92% é bem superior. Esses números, talvez, possam explicar os dados referentes ao número de alunos com idade superior a quatorze anos ainda freqüentando o ensino fundamental.

Outro dado que precisa ser observado é quanto ao fato de os alunos receberem orientação ou não da família para a incorporação de hábitos de higiene. Os alunos que responderam aos questionários revelaram algo surpreendente: 91% sempre orientam, enquanto apenas 1% não orienta. O restante, 8%, respondeu que às vezes isso acontece. Esses dados jogam por terra a idéia que se tem de que pessoas de classe econômica desfavorecida não possuem hábitos de higiene ou não têm tempo para isso, conforme reina no imaginário social. Do total de respondentes é interessante destacar que 77% dizem sempre lavar as mãos antes das refeições, seguidos de 22% que dizem às vezes, contra apenas 1% que diz nunca lavar. Nesse mesmo sentido, quando questionados sobre o fato de escovarem ou não os dentes e a quantidade de vezes, os dados também são surpreendentes.

Os entrevistados revelam que escovam os dentes ao menos duas vezes ao dia, o que é bem aceito pelos indicadores de saúde e higiene mundiais. Além disso, esses dados podem mostrar que programas voltados à saúde, higiene e assistência pessoal e social podem estar surtindo efeito. Em complementação a estes dados, quando questionados sobre o fato de tomarem banho antes de ir para a escola, 79% dos respondentes disseram que sempre, seguidos de 19% que salientaram às vezes, contra apenas 2% que optaram pelo nunca.

Também foi questionado aos alunos acerca dos seus horários para dormir e acordar.

Observamos uma inversão muito interessante: a maioria dos alunos mostra que tem horário para acordar que varia de 6 as 10 horas. Entretanto, grande parte deles, 40% não possuem horário certo para dormir. E, 14% dormem após as 22 horas. Esses dados podem estar associados ao desempenho do aluno em sala de aula, uma vez que ao dormir pouco o aluno tende a ter mais sono durante o dia e, assim, seu rendimento pode ficar prejudicado.

No que se refere à vida social dos alunos entrevistados, algumas perguntas girando em torno de cursos realizados; músicas, filmes, programas e esportes preferidos, dentre outras atividades realizadas; foram feitas. Os dados coletados nos dão um retrato muito interessante da realidade sócio-cultural e histórica do corpo discente da EMEF IJSSL. Ou seja, ao observarmos mais atentamente as respostas apresentadas vimos que esses alunos pertencentes em sua maioria às classes econômicas menos favorecidas ora refletem, ora refratam as imposições neoliberais da sociedade globalizada/globalizante em que vivemos neste início de século.

Refletem quando, por exemplo, percebe-se que a grande maioria dos alunos nunca fez curso de computação e não têm atividade alguma fora da escola; enquanto que somente 18% têm algum conhecimento de informática, 15% fazem cursos e 26% trabalham. E refratam quando vemos, por exemplo, que os alunos, apesar de carregarem o estigma de serem pobres, e, por serem pobres não gostarem de ler, de ver bons programas e só ouvirem funk, como está cristalizado no imaginário social como senso comum, apresentam respostas muito interessantes que desestruturam esse imaginário mostrando que eles lêem, gostam de outros estilos musicais, vêem mais novelas do que filmes praticam esportes, dentre outras atividades.

Também foi perguntado aos alunos se eles se alimentam antes de virem para a escola. Esses dados são muito interessantes, pois mostram que 43% dos alunos almoçam antes da escola, logo, são alunos do turno vespertino, enquanto que outros 42% fazem algum lanche e 15% não comem nada. Esses dados são preocupantes, pois a alimentação pode não ser fator decisivo para a aprendizagem, porém a criança com fome tende a ter dores de cabeça, sonolência e outros problemas de saúde que afetam e influenciam seu desempenho escolar.

No que se refere ao quesito família, atualmente ainda esta é culpabilizada pela maioria dos fracassos que o aluno tem na escola. É comum ouvir-se frases do tipo: “Esse menino está assim porque a mãe vive na rua” ou “Sabe o fulano, pois é, é filho daquela mãe tal”. Também é comum a escola esquecer que a maioria das mães e pais hoje tem que trabalhar quase que o dia todo para dar o mínimo de sustento a seus filhos. Além disso, outro aspecto que precisa ser enfatizado é que o conceito da família nuclear existente no Brasil até meados da década de 1980, já não existe mais ou já não pode mais ser visto como modelo padrão a ser seguido.

Hoje temos vivenciado novos e variados tipos de família. Essa variação tem acompanhado a mudança paradigmática da sociedade capitalista pós-moderna que surge com força no cenário mundial a partir dos fins da década de 1980 e início da de 1990 e que continua até os dias de hoje.

Nesse sentido, buscando entender um pouco mais acerca do contexto sócio-familiar do corpo discente da EMEF IJSSL, o questionário desenvolvido possuía algumas questões específicas desse tema.

Quando questionados sobre com quem viviam, já que o termo família hoje possui outro entendimento, os alunos mostraram que 51% vivem com os avós, 47% com os pais e apenas 2% com os tios. Esses percentuais são interessantes, pois mostram a predominância dos avós sobre os pais. Ou seja, a família muda seu foco para os avós tomando o lugar dos pais no cuidado, sustento e atenção das crianças.

Por outro lado, apesar desse índice apresentado, dos alunos que responderam ao questionário, 37% têm os pais separados e 63% dos casos, os pais continuam casados. Uma questão se faz presente: Porque será que, mesmo com tantos pais casados e juntos os filhos são criados, em muitos casos, pelos avós?

Em relação à profissão dos pais e das mães, as mais votadas foram aquelas que não necessitam de qualificação específica para ser desempenhada e que muitas vezes correspondem a baixos salários, péssimas condições de vida e, muitas vezes, insalubre. Esses dados podem ser complementados com outro referente à renda familiar. Observamos na renda familiar que há uma correlação entre a função desempenhada pela família e os salários.

Associado a isso tem o fator número de pessoas na família, o que pode ser mais um agravante às condições de vida já existentes. Sobre este assunto, 60% dos entrevistados salientam que sua família é composta por até cinco pessoas, enquanto que os outros 40% mostram um número superior a seis pessoas. Esse dado levou em consideração as pessoas que moram na mesma casa em que a criança entrevistada. Assim, percebe-se um número relativamente grande de pessoas para uma renda familiar, por sua vez, relativamente pequena.

Porém, dois dados extremamente preocupantes são os que mostram a relação emprego – 46% X desemprego – 54% e o que revela o tempo de desemprego dos familiares. Esses dados podem explicar e serem explicativos tanto da baixa qualificação, quanto das funções desempenhadas e do qualitativo salarial recebido. Ou seja, desempregado e com muito tempo nessa situação – 57% entre seis meses e quatro anos, corre-se o risco de exercer funções denominadas de “bicos”, típicas das atividades exercidas por pedreiros, zeladores, domésticas e auxiliares de serviços gerais (ASG's).

Por outro lado, outros dados mostram novamente, que a idéia que se tem de que família desestruturada, com pais separados, com salários baixos e pouca instrução não transmitem valores positivos aos filhos pode ser jogada por terra. Vejamos alguns dados muito interessantes para que a escola repense alguns dogmas enraizados e cristalizados como verdades absolutas.

Dos entrevistados, 57% afirmaram que as famílias não têm vícios; apenas 26% afirmaram ter enfrentado a violência como causa de falecimento na família, enquanto que 74% identificam outras causas; 65% dos alunos dizem que seus pais agem com diálogo na hora de corrigi-los, contra 20% que afirmam ficarem de castigo e 15% que dizem que os pais batem na hora de corrigir. Em relação ao fato de os pais auxiliarem ou não nas tarefas escolares, 67% dos alunos afirmaram que os pais sempre ajudam, contra 21% que afirmaram às vezes, 8% não têm tempo e 4% com outras respostas; também os entrevistados relataram que 88% dos pais são alfabetizados contra 12% de analfabetos. Quanto ao lazer da família, as opções que mais apareceram foram passear na cidade, ver televisão, ir à praia, visitar parentes e ir ao shopping. Quanto ir ao teatro e ao cinema, esta opção quase não aparece.

Quantas informações! Quantos preconceitos que podem ser reavaliados e que muitas vezes interferem no modo como os alunos e suas famílias são vistos, avaliados, entendidos, trabalhados, rotulados e estigmatizados por professores, diretores, pedagogos e sociedade num contexto geral.

Os dados apresentados classificam que, apesar de receberem baixos salários, estarem desempregados ou em subempregos mal qualificados, terem muitos membros, ou outras características tão rotulados como sendo preciosos e causadores de mal estares sociais, as famílias aqui retratadas não ficam devendo em nada àquelas ditas estruturadas e pertencentes às classes sociais mais favorecidas.

No que tange ao quesito bairro, os alunos foram questionados sobre alguns aspectos referentes às suas comunidades. Os dados apresentados podem contribuir para a promoção e implementação de políticas públicas educacionais, sociais, assistenciais e de infra-estrutura que venham a contribuir para o resgate da cidadania tanto das crianças quanto das pessoas que residem no entorno da EMEF IJSSL.

Pôde-se perceber que os problemas apontados pelos alunos estão interligados aos problemas enfrentados hoje pela maioria das cidades brasileiras quando se observa as pesquisas feitas e os noticiários. Além disso, percebemos uma equivalência muito grande entre os percentuais apresentados, revelando que, apesar de a violência ser um grande problema, outros também o são, mesmo para crianças.

Também se perguntou aos alunos sobre o tipo de água que é consumida em seu bairro/lar. Do total de respondentes, 74% afirmam beberem água filtrada e 26% diretamente da torneira. A esse dado, pode ser alocado o fato de que 94% dos respondentes dizem ter água encanada em casa, enquanto que 6% não têm. Logo, que água é essa que é consumida por esses 6% de pessoas? É um dado a ser trabalhado urgentemente.

A análise dos dados mostrou que, no que se refere à infra-estrutura e saneamento, os respondentes consideram, de um modo geral, satisfatório o local em que residem. Observou-se que os únicos problemas considerados graves ficam mesmo em torno daqueles considerados sociais, de lazer, de segurança, e de esgoto – problema de saneamento básico. Assim, apesar de ser uma comunidade localizada em áreas de difícil acesso; com uma população pertencente às classes econômicas média, média baixa e baixa; com renda familiar pequena; e com alguns problemas sociais específicos, a comunidade do entorno da EMEF IJSSL pode ser considerada como tendo/sendo bem servida de recursos em se comparando com outras regiões de Vitória e também de outros estados.

Entretanto, essa infra-estrutura comunitária, muitas vezes, não se reflete na moradia da pessoa. Tentando caracterizar o lar dos discentes da EMEF IJSSL, pôde-se ter o seguinte quadro: 79% dos respondentes moram em casa própria, seguidos de 13% que dizem residir em casa alugada e 9% em habitação cedida/emprestada. Desse total, 51% afirmam ser sua casa de lajota com reboco e 16% dizem morar em casa de madeira. O restante, 22% moram em casa de lajota com laje sem telhado, enquanto que 11% têm laje e telhado de proteção.

Um outro dado que pode gerar preocupações é o de que 6% afirmam não terem cozinha e 7% não têm sala. Além disso, 26% dizem que o banheiro fica do lado de fora da casa. Esses dados parecem pequenos, porém podem gerar grandes desconfortos tanto à criança quanto à família pelo fato de que toda privacidade do domicílio pode ser negada e corre-se o risco de grande parte do trabalho pedagógico realizado pela escola não alcançar o sucesso no cotidiano prático do aluno, por, simplesmente, ele não contar com alguns exemplos em seu dia-a-dia.

Ou seja, a vida em comunidade quando se mora em casa onde não se tem privacidade para dormir, banhar-se, utilizar sanitário, dentre outras coisas, pode gerar desconforto na escola quando se tenta passar para o aluno valores morais que não são vivenciados cotidianamente e são, até certo ponto, totalmente desconhecidos das crianças.

Mas, o que todos esses dados revelam? Que informações esses dados nos dão para que sejam traçados objetivos e metas para uma educação pública de qualidade para que todos os alunos, indistintamente, possam ter acesso e sucesso às informações curriculares, sendo desse modo produtores de cultura ao mesmo tempo em que reproduzem e se apropriam dessa

cultura, da história e do conhecimento? Que informações esses dados retratam para que se pense num projeto político pedagógico que tenha como pressuposto a educação como ferramenta social que quebre estereótipos e mecanismos de exclusão?

De uma maneira geral, os dados revelam que temos crianças/adolescentes que possuem valores morais próprios da comunidade à qual pertencem; que possuem uma família – que por muitos pode ser considerada desestruturada – porém diante da pós-modernidade e situação sócio-econômica vivida hoje, o que poderia ser uma família estruturada? Mas que é a família que eles têm; que reside num bairro que possui violência, problemas estruturais, físicos, de saneamento comuns a várias regiões de Vitória, do Espírito Santo, do Brasil e do Mundo; porém, são crianças/jovens que necessitam de atenção, não por serem coitados, mas por serem seres humanos em idade escolar, com desejos, anseios, sonhos e esperanças – bons(as) ou não – mas que necessitam de uma educação de qualidade para que, assim, possam ter uma chance de superar tantos fracassos sociais.

Nesse contexto, esses dados, antes de revelar a realidade do aluno, revelam a necessidade de se ter/desenvolver um processo educacional coerente com uma educação nova, que quebre as barreiras tradicionais impostas pela sociedade globalizante neoliberal deste início de século. Essa nova educação se dá em espaços que primam pela qualidade, já que, conforme salienta Mantoan (2003, p. 63-64),

As escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo.

Entendendo, então, que o projeto político pedagógico da escola não pode visar somente uma reorganização formal, mas imprimir uma qualidade, uma nova visão a todo o contexto vivido ao mesmo tempo em que resgata a identidade da escola e a partir dessa identidade busca imprimir uma nova visão de educação, os dados coletados foram o ponto chave para iniciarmos o processo de debate voltado para a realidade vivenciada.

Partindo desse princípio, o processo de debate realmente sério e incorporado ao cotidiano educacional e escolar da EMEF Irmã Jacinta teve início em 2002 e se estendeu até o final de 2007. Iniciamos as atividades letivas tendo como um dos pontos de pauta o desejo de construir coletivamente nosso projeto pedagógico. Para tanto, realizamos uma série de discussões sobre o que era o projeto, suas etapas, suas características, concepções, elementos

integradores, pressupostos norteadores, questionamentos que gerariam outras tantas indagações, os dados observados na pesquisa feita, bem como os preconceitos enraizados subjetivamente em cada profissional que compunha o corpo docente, técnico, pedagógico e de apoio da escola que pudesse emperrar ou mesmo inviabilizar o processo democrático de educação que o projeto político pedagógico requer para sua plena realização.

Os dados colhidos fizeram-nos refletir sobre a melhor maneira de iniciarmos os trabalhos que culminariam com a escrituração do projeto. Para tanto, o primeiro passo do grupo de profissionais da EMEF foi fazer um diagnóstico do corpo discente matriculado na escola nos turnos matutino e vespertino. Esse diagnóstico serviria para conhecermos quem realmente eram os alunos da EMEF Irmã Jacinta. Desenvolvemos o diagnóstico em forma de questionário. Além dos questionários, algumas visitas às casas de alguns alunos escolhidos aleatoriamente foram feitas, para que outros dados fossem colhidos e, assim, o diagnóstico pudesse refletir de forma mais fidedigna possível quem eram nossos alunos, seus desejos, suas concepções, suas aspirações, sua vida cotidiana, e como isso tudo influenciava no processo ensino-aprendizagem intra e extra escolar.

Após a aplicação dos questionários e das visitas, os dados coletados foram computados, analisados e apresentados em forma de gráficos comparativos para todos os membros da comunidade escolar. De posse desses dados, que foram extremamente ricos e reveladores, iniciamos uma série de estudos teórico-metodológicos sobre os aspectos essenciais que o projeto político pedagógico precisa para que realmente assuma o caráter que lhe é próprio, ou seja, o de auxiliar na condução da ação pedagógica tendo como foco central a transformação das relações humanas mediadas pela escola, pelo conhecimento e pelos outros seres humanos.

As temáticas dos estudos teóricos desenvolvidos seguiram uma dinâmica metodológica que envolvia o trabalho em grupo, onde cada grupo de profissionais ficava responsável por um grupo de estudo, além de algumas palestras. Essas palestras abarcavam os assuntos que precisavam de um olhar mais técnico, aprimorado, apurado, como por exemplo, as correntes filosóficas.

Das temáticas trabalhadas destacam-se: as tendências pedagógicas da prática escolar; disciplina e indisciplina na escola; alfabetização e letramento; correntes filosóficas; estrutura organizacional da escola; concepções epistemológicas: comportamentalista, cognitiva, histórico-cultural; fundamentos didático-pedagógicos; princípios e objetivos da escola democrática; organização econômica e administrativa escolar; projetos educacionais e setoriais; avaliação do processo ensino-aprendizagem; dentre outros temas recorrentes.

O processo de estudo fez com que o corpo docente, técnico, pedagógico, administrativo

e de apoio da EMEF se propusessem a estudar, pesquisar, interagir com o conhecimento cientificamente produzido, de forma dialética e tendo como norte a transformação da docência passando de transmissor a produtor de conhecimento e cultura. Esse aspecto fez com que os profissionais da escola conseguissem se perceber como professores-pesquisadores de sua prática, o que provocou mudanças positivas no modo como conduziam o processo educativo.

Essa mudança paradigmática, entendemos, refere-se ao fato de o professor ter começado a se ver e se perceber como parte de um processo, ou seja, o professor deixa de ser mero executor para ser transformador de ações, ao mesmo tempo em que se autotransforma.

Mas, como nem tudo no mundo é perfeito, vários problemas foram enfrentados nesse processo. Assim como Cavagnari (2003), identificamos alguns entraves que dificultaram o avanço dos trabalhos e, conseqüentemente, a demora na elaboração, análise e divulgação dos dados coletados e dos estudos realizados.

De acordo com a autora citada, esses entraves estão intimamente associados à falta de intimidade que muitos profissionais da educação têm com o processo de criação e democratização da educação, implementados por anos de opressão e por modelos econômicos e sociais que não permitiam uma visão democrática de educação, além de imprimirem uma idéia de gestão baseada e fundamentada na autocracia, tendo a figura do diretor e seus subordinados – supervisor, orientador e coordenador – não parceiros do processo, mas fiscalizadores do cotidiano escolar.

Também as políticas públicas de educação e os sistemas de ensino têm parcela considerável de culpa para que a escola enfrente tantos problemas em seu cotidiano: as primeiras por denotarem falta de compromisso do poder público e os segundos por não cumprirem, em grande parte, os preceitos legais referentes à educação.

Diante disso, o processo de construção do projeto político pedagógico da EMEF Irmã Jacinta enfrentou uma série de entraves e problemas para que, finalmente, ao final de 2007 estivéssemos com a primeira versão escrita e sistematizada do projeto. Entendemos que a construção do projeto político é algo que não cessa, entretanto precisamos ter o documento escrito para, a partir daí, executá-lo, avaliá-lo, reestruturá-lo.

Dentre os principais entraves, destacamos a alta rotatividade de professores, que de certa forma engessavam o processo, uma vez que não só a cada início de ano letivo tínhamos uma troca grande de professores, como mesmo durante o ano esta rotatividade permanecia; horário de estudos e horários de trabalho incompatíveis, principalmente quando a maioria dos professores têm jornada tripla de trabalho; pouca experiência e dificuldade de viver a gestão democrática e a descentralização das ações técnicas, pedagógicas e administrativas;

dificuldades entre o meio docente de se libertar dos preceitos tradicionais da didática e enveredar por uma concepção de professor como produtor de conhecimento junto com os alunos; falta de sistematização dos dados coletados, principalmente em relação à escrituração e organização dos dados; estes e outros fatores aliados aos destacados por Cavagnari – falta de espaço coletivo para estudos e discussão periódica entre os professores e fragilidade dos conceitos teóricos – fizeram com que somente no final de 2007 tivéssemos o projeto finalizado.

As discussões acerca do projeto e sua sistematização escrita começa a tomar corpo a partir de 2006 quando a escola passa a ter um corpo docente, técnico, pedagógico e de apoio menos rotativo, possibilitando que vários passos fossem postos em prática.

Assim, iniciamos o ano de 2008 com nosso projeto político pedagógico pronto para ser implementado, discutido, analisado, revisado, reconstruído, produzido, reproduzido, avaliado, executado, em suma, como o próprio nome já diz, projetado politicamente para mudanças pedagógicas para uma escola real, com pessoas reais, seres únicos em sua existência.

Referências

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB n. 9.394. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Introdução. Brasília: MEC, 1997.

CAVAGNARI, Luzia B. Projeto político-pedagógico, autonomia e realidade escolar: entraves e contribuições. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 7.ed. São Paulo: Papirus, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

VEIGA, Ilma P. A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 7.ed. São Paulo: Papirus, 2003.

VITÓRIA, **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental**. Vitória: Secretaria Municipal de Educação, 2004.